

COMUNICADO FINAL DA CONFERÊNCIA

CONFERÊNCIA

dos

Partidos Comunistas e Operários

da Europa

Reunidos em Karlovy Vary (Checoslováquia) de 24 a 26 de Abril de 1967

(DOCUMENTOS)



Edições «Avante!»

1967

A conferência dos Partidos Comunistas e Operários da Europa reuniu-se em Karlovy Vary, na Checoslováquia, de 24 a 26 de Abril de 1967. Participaram nela representantes de 21 partidos comunistas e operários de 14 países europeus. O programa da conferência foi definido no documento "Declaração da Conferência" e no documento "Programa da Conferência".

COMUNICADO FINAL DA CONFERÊNCIA PELA PAZ E A SEGURANÇA EUROPEIA

De 24 a 26 de Abril de 1967, realizou-se em Karlovy Vary uma conferência dos Partidos Comunistas e Operários da Europa sobre a segurança europeia. Nela participaram as delegações dos seguintes partidos irmãos:

Partido Socialista Unificado da Alemanha; Partido Comunista Alemão; Partido Socialista Unificado da Alemanha-Berlim-Oeste; Partido Comunista da Áustria; Partido Comunista da Bélgica; Partido Comunista Búlgaro; Partido Progressista do Povo Trabalhador de Chipre; Partido Comunista da Dinamarca; Partido Comunista de Espanha; Partido Comunista da Finlândia; Partido Comunista Francês; Partido Comunista da Grã-Bretanha; Partido Comunista da Grécia; Partido Socialista Operário Húngaro; Partido Operário Irlandês; Partido Comunista da Irlanda do Norte; Partido Comunista Italiano; Partido Comunista do Luxemburgo; Partido Operário Unificado Polaco; Partido Comunista Português; Partido Comunista de São Marino; Partido Suíço do Trabalho; Partido Comunista da Checoslováquia; Partido Comunista da União Soviética;

Um representante do Partido Comunista Sueco estava presente.

No decurso duma livre e ampla discussão e duma colaboração fraternal dentro do espírito internacionalista, tanto nos trabalhos preparatórios como na conferência, foram examinados os problemas europeus e as medidas indispensáveis para garantir a segurança na Europa, de grande alcance para o reforço da paz mundial.

A conferência adoptou uma declaração que salienta os perigos criados pela colusão entre o imperialismo americano e o imperialismo oeste-alemão e a importância das iniciativas concretas e pacíficas que a situação na Europa requer.

O programa de acção contido na declaração oferece aos povos uma real alternativa pacífica, propondo substituir os blocos militares opostos por um sistema de segurança colectiva europeia, fundado nos princípios da coexistência pacífica entre Estados com regimes sociais diferentes.

A declaração apoia a ideia da convocação duma conferência de todos os Estados europeus com vista a examinar os problemas da segurança e do desenvolvimento da cooperação europeia, assim como todas as iniciativas orientadas nesse sentido.

É com um grande sentimento de responsabilidade que a conferência de Karlovy Vary se dirige à classe operária, aos partidos socialistas e sociais-democratas, às organizações sindicais, aos crentes de todas as confissões, aos intelectuais, à jovem geração e a todas as forças pacíficas. A conferência chama-os a unirem-se e a desenvolverem, em cada país e à escala do continente, vastas campanhas, acções de massas para a segurança colectiva na Europa, para que cesse a desastrosa corrida aos armamentos e sejam reduzidas ao fracasso as forças de guerra.

Os participantes na conferência estão persuadidos que o programa de luta pela segurança colectiva europeia elaborada em Karlovy Vary pode servir de base de acção comum para todos os partidos comunistas e operários da Europa.

A conferência condena a bárbara agressão dos Estados Unidos, sublinhando que ela constitui um perigo para a paz mundial.

Pede a todos os que amam a liberdade dos povos que reforcem a sua acção comum, para que seja imposto o fim da intervenção americana e assegurado o direito à independência do heróico povo vietnamita.

A conferência adoptou um apelo para unir as forças e intensificar a luta para apoiar o povo vietnamita.

A conferência adoptou igualmente uma declaração denunciando o golpe de estado militar na Grécia e apela para a organização de um vasto movimento de solidariedade para com o povo grego.

Os participantes na conferência de Karlovy Vary estão profundamente convencidos que o seu encontro contribuiu para reforçar os laços profundos entre os Partidos Comunistas e Operários e para unir as forças pacíficas anti-imperialistas na Europa e no mundo.

DECLARAÇÃO DOS PARTIDOS COMUNISTAS E OPERÁRIOS DA EUROPA

(REUNIDOS EM KARLOVY VARY)

Nós, representantes dos partidos comunistas e operários da Europa, reunidos em Karlovy Vary, conscientes das responsabilidades que nos incumbem para o futuro dos nossos povos e para a causa da classe operária internacional, consideramos a salvaguarda da paz como a questão primordial para todos os povos do nosso continente. Encontrámo-nos para discutir em conjunto a situação actual, para trocarmos experiências e elaborar em comum os meios que permitirão favorecer a união de todas as forças da paz e de progresso para a segurança na Europa.

I

A experiência destes últimos anos confirmou a justeza da posição dos comunistas, segundo a qual a guerra não é inevitável e pode ser impedida graças aos esforços conjugados da comunidade mundial do socialismo, da classe operária internacional, do movimento de libertação nacional, de todos os Estados que se pronunciam contra a guerra, de todas as forças da paz. Estas forças desenvolveram-se consideravelmente. Porém, ao mesmo tempo, recrudescer a agressividade do imperialismo americano.

Os Estados Unidos, força principal da agressão e da reacção, esforçam-se por desviar o curso da história e suprimir o direito dos povos a disporem da sua sorte. Intervêm brutalmente nos assuntos internos dos países da América Latina, da Ásia e da África, intensificam contra o povo vietnamita uma guerra de intervenção bárbara que constitui hoje o maior perigo para a paz mundial.

Nesta situação, a luta contra as forças imperialistas na Europa toma uma importância crescente. Cada sucesso alcançado nesta luta não só constitui um passo para uma paz durável nesta parte do mundo, como vibra ainda um novo golpe à política de força e a todo o sistema de pactos militares agressivos ligados entre si em que o imperialismo envolveu o globo.

A Europa, que conheceu duas guerras mundiais, continua a ser um ponto nevrálgico onde se confrontam as forças mais importantes do campo imperialista e do campo socialista. Um conflito armado entre eles correria o risco de se transformar numa guerra nuclear total. A existência deste perigo pesa sobre toda a vida dos povos da Europa, trava o progresso social e

económico, envenena as relações internacionais e ocasiona um desperdício considerável de meios materiais na corrida aos armamentos. As intervenções armadas de certos Estados europeus contra os movimentos de libertação nacional criam igualmente focos de tensão e ameaçam a paz.

Depois da segunda guerra mundial, os Estados imperialistas, com os Estados Unidos à cabeça, constituíram o Pacto do Atlântico dirigido contra os países socialistas e, ao mesmo tempo, contra os movimentos democráticos nos países capitalistas. Isto conduziu à divisão da Europa em blocos militares opostos. Remilitarizando a República Federal Alemã e apoiando as suas pretensões de representar toda a Alemanha, os imperialistas atribuíram-lhe o papel de bastião avançado do anti-comunismo, agravando assim a tensão e ameaçando a paz e a segurança de toda a Europa.

O regime de Bona, dirigido pelas forças do revanchismo e do militarismo, tornou-se o ponto de apoio essencial da estratégia global dos Estados Unidos na Europa. A Bundeswehr, comandada por antigos oficiais hitlerianos, dispõe de um potencial militar crescente, o que demonstra a vastidão dos preparativos de guerra.

Foi proibida a actividade do Partido Comunista da Alemanha e são perseguidas outras organizações democráticas e pacíficas. Ao mesmo tempo, foi dado campo livre às acções das forças reaccionárias e fascistas. A sua influência crescente desperta a profunda inquietação da opinião pública na Europa, que sabe por experiência que o fascismo marcha sempre lado a lado com o militarismo agressivo.

Para os monopólios de todos os países capitalistas da Europa, a guerra fria tornou-se um instrumento dos seus ataques contra a democracia, um meio de pressão sobre as massas laboriosas, que visa contrariar a sua luta pelo melhoramento das suas condições de vida, limitar as suas conquistas sociais e obrigar assim os trabalhadores a suportar o fardo crescente dos armamentos. A concepção da guerra fria, o mito da agressão comunista utilizado pelos Estados Unidos para justificar a sua hegemonia na Europa não resistiram à realidade. A política agressiva do imperialismo na Europa foi reduzida ao fracasso pela política estrangei-

ra activa dos países socialistas, que aplicam com consequência os princípios da coexistência pacífica de todos os Estados, qualquer que seja o seu sistema social, política realizada com uma amplitude cada vez maior, particularmente depois do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética. A política imperialista foi também reduzida ao fracasso pela luta dos Partidos Comunistas e Operários, pela acção das massas populares e a atitude activa de largos meios da opinião pública na Europa Ocidental.

O poderio defensivo unido dos Estados socialistas, baseado em primeiro lugar nas realizações científicas e técnicas da União Soviética, ergue uma barreira no caminho da guerra. A Aliança Atlântica entrou numa fase de crise aberta. Os meios governamentais de certos países ocidentais foram levados a pôr em dúvida o valor e a oportunidade duma política de aliança militar com os Estados Unidos ou de participação nas forças integradas da OTAN, que ameaça arrastar os seus Estados numa guerra que nada tem de comum com os seus interesses nacionais. Nos países capitalistas da Europa, assistiu-se ao reforço das tendências para se libertarem da tutela política e militar dos Estados Unidos, enquanto aumenta a inquietação ante a penetração crescente do capital americano.

Verificou-se igualmente o reforço das contradições entre os interesses nacionais dos Estados da Europa Ocidental e as aspirações expansionistas duma República Federal Alemã que ambiciona ocupar uma posição dominante no seio da OTAN, do Mercado Comum e do Euratom.

A República Democrática Alemã, que realizou os acordos de Postdam, reforçou a sua soberania política e a sua importância internacional. A sua força crescente e a sua política pacífica construtiva são um obstáculo para a realização dos planos do imperialismo oeste-alemão. O reconhecimento da República Democrática Alemã e a defesa dos seus direitos de soberania tornaram-se uma das tarefas primordiais na luta pela segurança europeia. A existência e o desenvolvimento dum Estado socialista alemão, que se coloca no terreno da paz, são duma importância decisiva não só para o povo alemão como para a paz em toda a Europa.

A crise da política de guerra fria abriu novas perspectivas às forças democráticas e progressistas da Alemanha Ocidental, que exigem sinceramente uma mudança radical da política praticada até ao presente e merecem ser plenamente apoiadas.

A mudança de governo é o resultado desta

crise. Nada indica, porém, que este tenha renunciado aos objectivos imperialistas dos seus predecessores. Pelo contrário, a despeito das suas declarações de intenções pacíficas, o governo mantém as pretensões de representar o conjunto da Alemanha, continua a determinar-se pelos objectivos de anexar a República Democrática Alemã e restabelecer a Alemanha nas fronteiras de 1937, recusa-se a reconhecer o carácter ilegal do «diktat» de Munich, continua a apresentar reivindicações provocatórias a respeito de Berlim-Leste e quer aceder às armas nucleares.

Actualmente, importantes modificações estão a operar-se na opinião pública europeia, que toma consciência da esterilidade e do perigo da política imperialista de divisão da Europa. Entre países com regimes sociais diferentes desenvolvem-se relações de colaboração tanto no domínio económico como cultural. Multiplicando os contactos, os representantes dos governos e os meios políticos dos países socialistas e dos países capitalistas procedem a úteis trocas de opiniões sobre as questões da segurança europeia.

As propostas construtivas com vista a reforçar a segurança e a cooperação pacífica na Europa, apresentadas pelos países socialistas na declaração de Bucareste dos Estados signatários do tratado de Varsóvia e pelos Partidos Comunistas dos países capitalistas nas suas conferências e resoluções, constituem uma base real para o estabelecimento da paz, da segurança na Europa.

Novas tendências aparecem no movimento socialista e social-democrata que, em certos países da Europa Ocidental, se pronuncia em favor do desanuviamento da tensão internacional e da cooperação com os comunistas. Novas tendências surgem no mundo cristão relativamente aos problemas do progresso social e da paz. Novas possibilidades de contactos apareceram igualmente entre as diversas organizações sindicais e outras organizações democráticas. A acção entre comunistas, socialistas e cristãos pode tornar-se um factor favorável de paz no nosso continente.

Os povos da Europa não querem mais guerra. Não querem mais guerra fria nem o equilíbrio do terror que arrasta a intensificação da corrida aos armamentos e o risco crescente dum conflito, deliberado ou fortuito. É tempo de estabelecer na Europa novas relações, de confiança mútua e de desanuviamento real, na base da alternativa construtiva e pacífica duma verdadeira cooperação europeia.

Por isso, nós, Comunistas, trabalhando em diversas situações nacionais, não pouparemos esforços para que seja edificado um sistema de segurança colectiva, para promover entre os Estados relações que excluam toda a possibilidade de agressão e assegurem uma paz duradoura na Europa e no mundo, tarefa que é difícil mas realizável.

II

Os Partidos Comunistas e Operários da Europa submetem à apreciação da opinião pública e de todas as forças políticas e sociais interessadas um programa de acção com vista a criar um sistema de segurança colectiva fundada nos princípios da coexistência pacífica entre Estados com sistemas sociais diferentes. Isto exige antes do mais que todos os Estados admitam a realidade tal como ela se criou na Europa, durante o período do após-guerra, e que significa:

—O reconhecimento da inviolabilidade das fronteiras existentes na Europa e, em particular, da fronteira Oder-Neisse e na fronteira entre os dois Estados alemães;

—O reconhecimento da existência de dois Estados alemães soberanos e iguais em direitos—a República Democrática Alemã e a República Federal Alemã—o que pressupõe que esta renuncie à pretensão de representar toda a Alemanha;

—A interdição do acesso da República Federal Alemã ao armamento nuclear sob que forma for, quer sob a forma dita «europeia», quer sob a forma multilateral ou atlântica;

—O reconhecimento da não-validade do acordo de Munich a partir do momento da sua conclusão.

Perante o movimento operário na Europa e todas as forças pacíficas e democráticas, coloca-se a tarefa de assegurar o desenvolvimento das relações pacíficas e da cooperação entre todos os Estados europeus na base dos princípios da soberania e de igualdade. Para isso, trata-se de lutar por uma série de objectivos que é possível alcançar na nova situação que se criou, nomeadamente:

—A conclusão de um acordo entre todos os países da Europa excluindo o recurso ou a ameaça de recurso à força nas suas relações, renunciando à ingerência nos assuntos internos e assegurando, de acordo com os princípios da carta da O.N.U., a solução de todos os litígios entre eles por meios unicamente pa-

cíficos.

—A normalização das relações entre todos os Estados e a República Democrática Alemã, e bem assim entre os dois Estados alemães e entre Berlim-Oeste (entidade política particular) e a República Democrática Alemã.

—A defesa consequente e o desenvolvimento da democracia na República Federal Alemã—que as lições da história e os acordos internacionais do após-guerra dão aos povos o direito de exigir—o que pressupõe o apoio da luta dos meios progressistas da R.F.A. pela interdição das organizações neo-nazis e de toda a propaganda revanchista, a renúncia às leis de excepção, a liberdade para os democratas e as forças pacíficas e a legalidade do Partido Comunista Alemão.

A conclusão de um tratado de não-disseminação das armas nucleares, passo importante para a cessação da corrida aos armamentos.

O sistema de segurança europeia deve incluir o reconhecimento do princípio da neutralidade e o respeito incondicional da inviolabilidade dos países neutros. Uma política mais activa de paz dos países neutros, a sua contribuição para a causa do desarmamento favoreceriam a criação de tal sistema.

No interesse de todos os Estados, é particularmente importante liquidar as barreiras artificialmente levantadas nas relações económicas entre os países socialistas e os países capitalistas da Europa, o que favorecerá uma cooperação efectiva que chegue a largos acordos nos terrenos da produção e da investigação.

É para abrir uma perspectiva de segurança e de cooperação europeia que nós nos pronunciamos resolutamente pela conclusão de acordos que visem medidas parciais, em particular no plano do desarmamento, pois tais medidas criariam um clima favorável a acordos mais vastos. Todas as propostas feitas neste domínio pelos governos, partidos, organizações sociais, homens políticos, científicos, merecem um estudo atento.

Entre estas propostas, figuram nomeadamente as tendentes à retirada das tropas estrangeiras dos territórios dos países europeus e à liquidação das bases militares estrangeiras, à criação de zonas desatomizadas na Europa central, nos Balcãs, países danubianos, Mediterrâneo, Europa do Norte, zonas de armamentos diminuídos ou mantidos ao nível

actual e, duma maneira mais geral, zonas de paz e de cooperação nas diversas regiões do continente. Estas medidas, e outras que podem ser encaradas destruiriam a tendência para o prosseguimento da corrida aos armamentos.

A aproximação do fim do prazo, em 1969, após os 20 anos por que foi concluído o Pacto do Atlântico, coloca de maneira aguda na ordem do dia a possibilidade duma alternativa clara: chegar a uma Europa sem blocos militares.

Tudo deve ser feito por um largo movimento das forças pacíficas do nosso continente contra a renovação ou qualquer reorganização do Pacto do Atlântico. Este movimento é favorecido pela posição construtiva dos Estados membros do Tratado de Varsóvia que têm declarado muitas vezes, e de novo repetido solenemente na sua declaração de Bucareste, que estão prontos para a supressão simultânea das duas alianças.

Aprovamos a sua proposta de se acordar desde já sobre a liquidação das organizações militares, tanto do Atlântico Norte como do Tratado de Varsóvia.

Declaramo-nos prontos a apoiar toda a iniciativa ou proposta que tenha por objectivo o desanuviamento e o reforço da segurança dos povos do nosso continente.

É neste espírito que apoiamos plenamente a ideia da convocação duma conferência de todos os Estados europeus consagrada aos problemas da segurança e da cooperação pacífica na Europa.

As iniciativas tendentes a convocar os representantes de todos os parlamentos europeus merecem ser igualmente apoiadas.

A consolidação da paz e da segurança abrirá novas perspectivas de progresso e de bem-estar aos povos do nosso continente.

Os povos da Europa têm importantes problemas sociais, económicos, culturais, a resolver. Uma Europa liberta da corrida aos armamentos que devora recursos económicos enormes e o fruto do labor dos seus trabalhadores, engenheiros e sábios, poderá não só assegurar um nível de vida mais elevado aos seus habitantes, mas também trazer uma contribuição apreciável para o desenvolvimento de toda a humanidade.

A luta por uma tal Europa continua estreitamente ligada à luta pela verdadeira independência nacional, a democracia, contra as dita-

duras reaccionárias e fascistas, tais como as de Espanha, de Portugal e da Grécia. Os perigos que estes regimes representam para os povos da Europa verificam-se no facto do imperialismo americano encontrar junto dos governos de Espanha, de Portugal e da Grécia facilidades particulares para a instalação das suas bases atómicas a troco do apoio aos seus regimes desacreditados. Sublinhando o valor das grandes lutas unitárias das forças operárias e democráticas espanholas no período actual, os Partidos Comunistas e Operários Europeus exprimem a sua completa solidariedade e apoio a todos os povos que lutam contra os regimes reaccionários, pela liberdade e a democracia.

Os Comunistas, que sempre lutaram contra o imperialismo, o colonialismo e o neo-colonialismo, reforçarão a sua solidariedade aos povos que ainda lutam pela sua libertação nacional. Agirão para o desenvolvimento de novas relações com os países da Ásia, da África e da América Latina, na base do respeito, da independência, da soberania, da não-ingerência, duma cooperação económica mutuamente vantajosa e duma ajuda efectiva, dos países mais desenvolvidos aos países recentemente libertados, empenhados no caminho do progresso económico, social e cultural.

III

Os Partidos Comunistas e Operários da Europa estão prontos a consagrar todos os seus esforços na realização destas tarefas de paz, de progresso e de democracia. O nosso movimento, que celebra este ano o 50º aniversário da sua maior vitória—a gloriosa Revolução Socialista de Outubro—tornou-se uma força política poderosa, que exerce uma influência decisiva no desenvolvimento de toda a humanidade. Cada Partido Comunista, nas condições particulares em que é chamado a lutar, assume a responsabilidade da sua política, ante a classe operária e as massas laboriosas do seu próprio país, ante o seu próprio povo. Mas, ao mesmo tempo, cada partido tem consciência da responsabilidade internacional pela salvaguarda da paz, pela criação de novas relações entre os povos, no espírito do nosso tempo. Este sentimento de responsabilidade exige de nós, Partidos Comunistas da Europa, que unamos as nossas forças para resolver estes problemas. Quanto mais forte for a unidade e a solidariedade dos Partidos Comunistas e Operários da Europa e do mundo inteiro, mais eficaz será a nossa luta.

Este sentimento de responsabilidade exige

que nos dirijamos primeiramente à classe operária, que é o principal criador das riquezas materiais, a classe mais consciente, a vanguarda da sociedade moderna. Dirigimo-nos ao aliado mais próximo da classe operária, o campesinato, assim como às camadas médias trabalhadoras, interessadas todas de maneira vital na paz e no bem-estar. Os operários e todos os trabalhadores da Europa, unindo o patriotismo à solidariedade internacional, saberão exercer uma função determinante na luta pela paz e a segurança europeia, a democracia e o progresso social no nosso continente.

Dirigimo-nos aos partidos socialistas e sociais-democratas, que dispõem de uma forte influência na classe operária europeia e assumem responsabilidades governamentais em vários países. A experiência de dezenas de anos atesta que só a acção unida dos comunistas e dos socialistas permite à classe operária exercer uma influência decisiva na vida política e reunir à sua volta todas as camadas sociais interessadas na salvaguarda da paz e nas transformações políticas e sociais.

Dirigimo-nos às organizações sindicais da Europa, que constituem há um século a mais larga organização de massas da classe operária para a defesa dos seus interesses materiais e sociais. Convidamos os sindicatos a usar da sua autoridade e da sua influência na luta por uma Europa pacífica.

Dirigimo-nos às forças cristãs, aos católicos, aos protestantes, aos crentes de todas as confissões que encontram nas suas convicções religiosas os motivos das suas aspirações à paz e à justiça social.

Dirigimo-nos aos homens de letras, das artes e das ciências, a todos os intelectuais da Europa, cujos melhores representantes defenderam sempre os direitos e a liberdade do homem, a independência dos povos, a cooperação internacional e a paz.

Dirigimo-nos à jovem geração da Europa, cujo futuro é inseparável do triunfo das ideias da segurança colectiva e da paz. O seu lugar é nas primeiras filas da luta contra a guerra, contra a reacção e o fascismo, pela

liberdade e o progresso, pela amizade internacional.

Dirigimo-nos às mulheres, cujo papel na vida social aumenta incessantemente, e cuja contribuição é essencial para a obra de segurança e de vida, para o futuro de toda a humanidade.

Dirigimo-nos aos agrupamentos da burguesia que, tendo em conta as realidades da nossa época, estão conscientes dos perigos duma guerra atómica, preocupados em libertar os seus países da dependência dos E. U. A. e prontos a adoptar uma política de segurança europeia.

Chamamos todas as forças pacíficas a unirem-se e a desenvolverem em cada país, e à escala do continente, vastas campanhas, acções de massas para exigir medidas práticas imediatas para a segurança colectiva. Chamamo-las a apoiar com toda a energia a ideia da convocação duma conferência dos Estados europeus.

Os comunistas dos países da Europa estão profundamente convencidos que defendendo a causa da paz e da segurança do seu continente contra as forças de agressão e de guerra, actuam no interesse da democracia, do progresso social, da libertação nacional, no interesse dos povos do mundo inteiro.

Este momento histórico exige audácia e iniciativa. Dirigimo-nos a todos os homens e mulheres de boa vontade, independentemente das suas tendências políticas, das suas crenças religiosas e das suas nacionalidades, chamando-os a exercer influência e a trabalhar por todos os meios pelo sucesso do seu ideal comum, a paz. Superando tudo o que nos separa, podemos criar uma força poderosa capaz de triunfar sobre a guerra e a incerteza e de abrir a porta a uma paz duradoura e ao bem-estar de todos.

Os povos europeus estão em condições de decidirem eles próprios acerca dos problemas da paz e da segurança do seu continente. Que tomem nas suas mãos a sorte da Europa.

INTERVENÇÃO DE ÁLVARO CUNHAL

Secretário-Geral do Partido Comunista Português

Camaradas:

A actual situação internacional apresenta duas características contraditórias. Por um lado, uma correlação de forças favorável à luta pela paz; por outro lado, a crescente agressividade do imperialismo norte-americano e os perigos que daí resultam para a paz mundial.

A bárbara guerra de agressão dos Estados Unidos contra o heróico povo do Vietnã, as suas intervenções brutais na América Latina, África e Ásia mostram que o imperialismo americano continua a chamar a si o papel de gendarme das forças da reacção e não abandona os seus planos de hegemonia mundial. A política agressiva do imperialismo norte-americano encontra, porém, uma cada vez maior resistência. O campo socialista tendo à sua frente a União Soviética, a classe operária dos países capitalistas e o movimento nacional libertador, a que se juntam em todos os países outros vastos sectores democráticos e pacíficos, tem força bastante para fazer recuar a política agressiva do imperialismo.

Os comunistas dos países europeus são activamente solidários para com os comunistas, a classe operária e os povos dos outros continentes que, nas condições mais diversas, lutam pela democracia, a independência nacional e o socialismo. Apoiam activamente a luta do povo vietnamita contra a agressão norte-americana, considerando a causa do povo vietnamita a sua própria causa, a causa de todas as forças que lutam contra o imperialismo e em defesa da paz mundial.

É no quadro dos interesses gerais e comuns do campo socialista, da classe operária internacional, do movimento nacional libertador que se insere a luta pela paz e a segurança na Europa. Esta luta contribui para isolar o imperialismo norte-americano, para dificultar as suas acções agressivas, para desagregar o sistema de pactos militares criado pelos Estados Unidos, para refrear a expansão e a agressividade do imperialismo. A luta pela paz e a segurança na Europa é uma contribuição efectiva e de mais alta importância para a luta contra o imperialismo à escala mundial, para a luta para evitar a eclosão duma guerra nuclear.

UM PROGRAMA COMUM

PARA A CRIAÇÃO DE UM SISTEMA DE SEGURANÇA COLECTIVA

Esta Conferência propõe-se como objectivo, não apenas fazer uma análise da situação, mas definir uma orientação comum e estabelecer uma base para o entendimento e a acção de todas as forças favoráveis à paz e à segurança no nosso continente.

Tal como outros partidos irmãos, o Partido Comunista Português considera que, para alcançar um sistema de segurança europeia, três objectivos maiores devem ser atingidos: libertar a Europa Ocidental da tutela económica, diplomática e militar dos Estados Unidos; impedir o desenvolvimento das forças expansionistas e revanchistas da República Federal Alemã; conseguir que o Pacto agressivo da OTAN não seja prorrogado em 1969.

O Partido Comunista Português manifesta a sua concordância com os objectivos definidos

no Projecto de Declaração elaborado pela Comissão de Redacção, em cujos trabalhos participou. Um sistema de segurança colectiva na Europa tem de basear-se no reconhecimento das actuais fronteiras; no reconhecimento da existência de dois Estados alemães e consequente normalização das relações de todos os Estados com a República Democrática Alemã; na exclusão do acesso da República Federal Alemã ao armamento nuclear; no termo do agressivo Pacto do Atlântico. O Partido Comunista Português manifesta a sua concordância em que é tarefa dos partidos comunistas e operários lutar para que se desenvolvam as relações pacíficas entre todos os Estados europeus dentro dos princípios da soberania, da igualdade e do interesse mútuo e se conclua um acordo entre todos os países da Europa renunciando nas suas relações ao

recurso à força e à ingerência de qualquer Estado nas questões internas de outros.

O Partido Comunista Português manifesta também a sua concordância com a importância de iniciativas que possam ser tomadas para facilitar o desanuviamento da tensão internacional na Europa, para liquidar as barreiras levantadas às relações económicas entre os países socialistas e os países capitalistas e para a intensificação de formas de intercâmbio e cooperação.

Em condições muito difíceis, o Partido Comunista Português luta pelo estabelecimento de estreitas relações de amizade e cooperação do povo português com a URSS e demais países socialistas. Defendemos que, já hoje, mesmo com o governo fascista no poder, o desenvolvimento das relações comerciais e culturais e mesmo o estabelecimento de relações diplomáticas de Portugal com a URSS e outros países socialistas, não só seria vantajoso para a causa da paz, como o seria para a luta do povo português pela liberdade.

A possibilidade da participação de todos os partidos comunistas e operários na Comissão de Redacção para a preparação de materiais desta Conferência, permitiu que cada partido tivesse já tido a oportunidade na fase preparatória de fazer conhecer os seus pontos de vista e de dar a sua contribuição para a análise da situação e para as conclusões correspondentes. Esse método de trabalho representa progresso

importante na forma de cooperação dos partidos irmãos favorável ao reforço da unidade. A nosso ver, em iniciativas futuras, seria útil melhorar ainda mais a cooperação dos partidos irmãos na fase preparatória. O que foi feito na preparação desta Conferência revelou-se eficiente no plano prático e simplificou bastante os trabalhos da Conferência.

Pela sua parte, o Partido Comunista Português deseja apenas expôr ainda a sua opinião sobre três aspectos que considera importantes da luta pela paz e a segurança na Europa: a sua íntima ligação com a luta pela democracia; a sua íntima ligação com a luta pela verdadeira independência nacional dos povos europeus; a sua íntima ligação com a luta contra a política de exploração, dominação e guerra colonial de Estados imperialistas europeus noutros continentes.

Nas condições actualmente existentes em Portugal, estes aspectos são inseparáveis. Para o povo português, lutar pela paz e a segurança na Europa é ao mesmo tempo lutar contra a ditadura fascista e pela instauração dum regime democrático, lutar pela verdadeira independência de Portugal hoje reduzido à situação dum país dependente, lutar pelo reconhecimento aos povos das colónias portuguesas do direito à autodeterminação e à independência. Embora tendo em conta as diferenças de situação, parecem-nos que problemas semelhantes se colocam noutros países capitalistas da Europa.

Permiti, pois, camaradas, que digamos a este respeito mais algumas palavras.

2

A LUTA PELA PAZ E A SEGURANÇA NA EUROPA E A LUTA PELA DEMOCRACIA

A experiência histórica mostra que os regimes reaccionários são os que melhor servem a realização duma política de agressão. A segunda guerra mundial foi para os povos da Europa uma trágica lição do que significa o fascismo em geral e o fascismo num grande país industrial como a Alemanha, em particular.

Actualmente, as pretensões expansionistas e revanchistas da República Federal Alemã estão intimamente relacionadas com o prosseguimento pelo seu governo duma política anti-democrática e chauvinista, com a interdição do Partido Comunista da Alemanha, com as perseguições às forças pacíficas, com a protecção às organizações neo-nazis, com a colocação de antigos oficiais e políticos nazis no governo, nos comandos militares e em todo o aparelho do Estado. A democratização da vida política na

República Federal Alemã é uma justa exigência, não apenas da classe operária e das forças progressivas e pacíficas da Alemanha Ocidental, não apenas da República Democrática Alemã mais directamente ameaçada, mas de todos os povos da Europa, que devem ser alertados dos perigos que comporta o renascimento do nazismo para a sua segurança, liberdade e paz.

Na nossa opinião é necessário realizar um grande trabalho político para que a luta contra o militarismo oeste-alemão não dê lugar a uma vaga de sentimentos anti-alemães. Existe hoje um estado socialista alemão, um estado operário e camponês, que honra o povo alemão no seu conjunto e é um bastião de paz na Europa. Na República Federal Alemã, os comunistas forçados à ilegalidade e outros homens progressivos opõem-se à política aventureirista

do governo de Bonn. Permiti, camaradas, que nesta Conferência assegure a solidariedade dos comunistas portugueses à RDA, ao Partido Socialista Unificado da Alemanha, ao Partido Comunista da Alemanha e a todos os filhos da pátria de Marx e Engels, que lutam contra o militarismo e o revanchismo oeste-alemães, pela democracia, o socialismo e a paz.

É também uma lição da história e uma evidência da actual situação internacional que as forças agressivas do imperialismo se apoiam sempre, além fronteiras, nos regimes e nas forças mais reaccionárias, apoiando estes por sua vez. O recente golpe reaccionário na Grécia é mais uma comprovação desta verdade. Instigado e apoiado pelos imperialistas, o golpe reaccionário na Grécia, impedindo uma evolução democrática da vida política, levanta na Europa, junto às fronteiras de países socialistas, novos perigos e novas ameaças para a paz e a segurança. Queremos aqui manifestar aos camaradas gregos a nossa inteira solidariedade e a nossa certeza de que o povo da Grécia acabará por vencer as forças da reacção e do imperialismo e conquistar a liberdade para a sua pátria.

A existência de ditaduras fascistas reaccionárias na Europa, como é o caso de Portugal, da Espanha e da Grécia, constitui por si um factor de intranquilidade e insegurança. A troca do auxílio de que carecem para se manterem no poder contra a vontade dos povos, os governos fascistas e reaccionários dão todo o apoio e todas as facilidades às forças agressivas do imperialismo. Tais regimes são centros de conspiração contra a paz e bases de agressão.

A situação em Portugal evidencia também esta realidade. A crescente cooperação entre os governos de Lisboa e de Bonn representa importante papel na manutenção da ditadura fascista em Portugal e na criação de bases de agressão dos revanchistas oeste-alemães.

Durante longos anos, Salazar foi um dos mais fiéis e constantes aliados do fascismo hitleriano. Participou ao lado de Hitler na intervenção na guerra de Espanha. Acreditando, com Hitler e Mussolini, que «a Europa inteira seria fascista», Salazar afirmou que o «diktat» de Munich abria caminho para a realização duma tal perspectiva. Auxiliou a Alemanha na 2ª guerra mundial até se convencer da sua derrota inevitável. E ainda quando da morte de Hitler, como última mostra de fidelidade ao nazismo, decretou luto nacional e afirmou que o maior erro de Hitler havia sido perder a guerra.

O renascimento do militarismo e do nazismo na República Federal Alemã reconduziu o fas-

cismo salazarista a esta linha tradicional da sua política. Reforçando cada vez mais os laços de cooperação com a República Federal Alemã, reencontrando os velhos amigos nazis no aparelho estatal de Bonn, Salazar deposita as melhores esperanças de sobrevivência da ditadura fascista portuguesa no sucesso do militarismo e do revanchismo oeste-alemães. Vê na República Federal Alemã, tal como havia visto na Alemanha hitleriana, o gendarme da reacção europeia, cuja missão seria, através da revanche, bater o campo socialista e restabelecer uma Europa fascista. A ditadura fascista de Salazar põe-se assim abertamente ao serviço dos planos agressivos do imperialismo oeste-alemão.

A instalação em Portugal da grande base aérea da cidade de Beja, que se segue, pela sua importância, à grande base aérea dos Estados Unidos nos Açores, é o facto mais sintomático dessa política. O caso de Portugal mostra a associação entre as forças do fascismo e da guerra, mostra o perigo real para a segurança europeia da existência de ditaduras fascistas e reaccionárias.

Ainda gostaríamos de sublinhar um aspecto desta questão. Ao discutir-se nesta Conferência os problemas da paz e da segurança na Europa, tem-se em vista estabelecer um guia para a acção. Não se podem pois ignorar as condições particularmente difíceis em que se desenvolve a luta de alguns povos europeus. No caso de Portugal, a luta pela paz, em todos os seus aspectos, é ao mesmo tempo, pelo seu conteúdo e pela sua expressão, uma luta contra o fascismo e pela democracia. Lutar pela paz começa por ser lutar por ter o direito de poder fazê-lo, ou seja, lutar pelas liberdades democráticas fundamentais. A luta do povo português contra a política de submissão do governo de Salazar às forças mais reaccionárias e agressivas do imperialismo, contra a OTAN, contra a existência das bases militares dos imperialistas norte-americanos e dos revanchistas de Bonn em território nacional, é ao mesmo tempo a luta para pôr fim à ditadura fascista e para instaurar em Portugal um regime democrático. Pôr termo às ditaduras fascistas e reaccionárias é do interesse da segurança e da paz.

A Salvaguarda da paz na Europa e o estabelecimento dum efectivo sistema de segurança colectiva pressupõem ainda a democratização da vida política nos países capitalistas da Europa, de forma a que a classe operária e as amplas massas da população estejam em condições de fazer pesar a sua opinião na política dos respectivos governos e de vigiar e de se opôr em eficácia aos esforços dos círculos mais reaccionários do imperialismo para reacender a «guerra fria» e criar novos fac-

tores de insegurança e conflitos.

Por todos os motivos apontados, a íntima ligação entre a luta pela paz e a luta

pela democracia é, a nosso ver, um dos aspectos essenciais da luta pelo estabelecimento dum sistema de segurança europeia.

A LUTA PELA PAZ E A SEGURANÇA NA EUROPA E A LUTA POR UMA VERDADEIRA INDEPENDÊNCIA NACIONAL

A luta pela paz e a segurança na Europa está também intimamente ligada à luta pela verdadeira independência nacional de todas as nações europeias.

Posições económicas dominantes representam meios de influência e de intervenção na política interna de outros estados e meios de pressão diplomática, através do que vem a cooperação no terreno militar. A submissão nacional na Europa não é favorável ao desanuviamento e ao estabelecimento duma paz durável.

O caso de Portugal ilustra também esta situação. De há muito, monopólios estrangeiros têm nas suas mãos as principais riquezas naturais do país. Sob a ditadura fascista, o domínio imperialista não tem cessado de aumentar. Cada vez mais intimamente associados aos grupos monopolistas portugueses, os monopólios estrangeiros tomam avidamente conta de novos ramos industriais, controlam e dirigem contra os interesses do povo e da nação portuguesa os sectores fundamentais da economia nacional.

Tem a este respeito particular interesse considerar as posições cada vez mais fortes da República Federal Alemã. Em poucos anos, os monopólios oeste-alemães tomaram conta de empresas básicas para o desenvolvimento industrial do país. Completando as iniciativas das empresas privadas, o governo de Bonn concede importantes empréstimos e financiamentos ao governo de Salazar. A República Federal Alemã é já hoje o principal fornecedor de produtos industriais a Portugal, cabendo-lhe 19% de todas as importações portuguesas do estrangeiro. Trata-se duma verdadeira ofensiva do capital financeiro alemão disputando à Inglaterra e aos Estados Unidos a posição de potência dominante em Portugal.

A participação de Portugal na zona de Comércio Livre dominada pela Inglaterra (EFTA) e as intensas relações económicas com a República Federal Alemã têm agravado ainda a situação de dependência em relação ao imperialismo. Com fundamento na necessidade de criar condições para competir com os países mais desenvolvidos, apressa-se o processo de centralização,

arruinam-se as pequenas empresas, agrava-se a exploração da classe operária, reforça-se a congelação de salários. O mercado interno é invadido por produtos de países mais desenvolvidos com os quais não podem competir os produtos nacionais. A agricultura portuguesa atravessa uma profunda crise, agravada pelas medidas discriminatórias e o tratamento de desfavor para com os produtos agrícolas no quadro dos acordos de comércio livre.

Os fascistas portugueses e os imperialistas estrangeiros referem com insistência que se trata no fim de contas do auxílio dos países mais desenvolvidos aos países mais atrasados. Tal «auxílio» dos países imperialistas nunca como tal pode ser considerado pelos países submetidos. Sob a capa do «auxílio» dá-se a penetração imperialista, o apossamento das riquezas, a rapina dos recursos nacionais, a exploração do proletariado do país sub-desenvolvido, a dominação económica, a interferência política e a utilização militar para fins agressivos. No caso português, nós sentimos na própria carne o que representa para a vida dos trabalhadores e para a subjugação nacional da nossa pátria, o chamado auxílio dos países imperialistas mais desenvolvidos aos países atrasados.

A existência de nações europeias privadas de uma verdadeira independência nacional é um factor prejudicial ao estabelecimento duma paz duradoura, além do mais porque essa situação de subjugação nacional não se revela apenas nos aspectos económicos, mas no domínio político, diplomático e militar. Dominado economicamente pelos grandes países imperialistas, Portugal fascista é hoje uma base de preparativos militares agressivos dos Estados Unidos e da República Federal Alemã. Em Portugal, a luta pela paz e a segurança está indissolúvelmente ligada à luta pela libertação do jugo imperialista, à luta pela verdadeira independência nacional.

Embora o caso de Portugal seja um dos mais expressivos da dependência do imperialismo estrangeiro, não é único na Europa.

Eis porque a nosso ver, a ligação entre a luta

pela paz e a luta pela verdadeira independência nacional de todos os países da Europa é um dos aspectos essenciais da luta pelo estabelecimento dum sistema de segurança europeia.

4

A LUTA PELA PAZ E A SEGURANÇA NA EUROPA E A LUTA CONTRA A POLÍTICA DE DOMINAÇÃO E GUERRA COLONIAL DE PAÍSES EUROPEUS

A luta pela paz e a segurança na Europa está ainda intimamente ligada à luta contra a política expansionista e de dominação colonial de países imperialistas europeus noutros continentes e em particular contra as guerras coloniais e outras acções militares com que procuram abafar os movimentos de libertação nacional.

Os partidos comunistas dos países capitalistas da Europa não podem esquecer que grupos monopolistas dos respectivos países exploram e oprimem numerosos povos e nações. Daí resultam responsabilidades especiais para o proletariado da Europa e respectivos partidos para com os povos em luta pela sua independência nacional. Além disso, a dominação colonial e o neo-colonialismo comportam focos de tensão e ameaças para a paz dos próprios povos da Europa.

A expansão imperialista, os entendimentos e acordos militares, a política belicista de certos círculos reaccionários europeus, não tem por objectivo apenas a Europa. Os monopólios oeste-alemães, ingleses, belgas, franceses e por detrás de muitos deles o imperialismo norte-americano prosseguem a dominação colonial e outras formas de opressão de povos não europeus. O imperialismo europeu e em particular o expansionismo oeste-alemão não se bate apenas na Europa, mas também em África.

No que respeita ao nosso país, Portugal apresenta a característica original de ser, ao mesmo tempo, um país dependente submetido ao imperialismo estrangeiro e um país colonialista dominando ainda vastos territórios. Por muito paradoxal que pareça, é o facto de Portugal ser um país dependente que permite aos colonialistas portugueses manterem ainda formas colonialistas tradicionais e procurar com a guerra abafar a justa luta pela independência dos povos de Angola, Guiné e Moçambique. Isto é assim porque, tanto em Portugal, como nas colónias portuguesas, os imperialistas ingleses, americanos, bel-

gas, oeste-alemães e outros, de braço dado com os grupos monopolistas portugueses, e as mais das vezes numa posição dominante, rapinam, exploram os trabalhadores, esmagam os justos anseios de liberdade. Os colonialistas salazaristas podem prosseguir a exploração colonial e as guerras coloniais, porque, nas suas costas, dando-lhes apoio financeiro, militar e diplomático, estão os Estados Unidos, a Inglaterra, e cada vez de forma mais directa e poderosa a República Federal Alemã. Sem o auxílio dos países da OTAN, a ditadura fascista e colonialista de Salazar não teria podido resistir à luta conjunta do povo português e dos povos das colónias portuguesas, não poderia prosseguir em Portugal a sua política terrorista e nas colónias portuguesas uma guerra criminosa.

Nós, comunistas portugueses, tanto pelo nosso dever como internacionalistas, como pelo nosso dever como patriotas, apoiamos a luta pela independência dos povos das colónias portuguesas e tudo faremos para ajudá-los, tal como eles, com a sua luta, estão ajudando a luta do nosso próprio povo. Não é apenas o interesse do povo português e dos povos das colónias portuguesas, mas de todos os povos europeus, que se ponha rapidamente fim à guerra conduzida pelo governo de Salazar contra os povos de Angola, Guiné e Moçambique. Essa guerra comporta sérios riscos para a própria segurança europeia. Guerras coloniais e acções militares de estados europeus noutras regiões do mundo comportam o risco de graves conflitos com estados dessas regiões, são factores de tensão na Europa e contêm em si o gérmen duma evolução perigosa para a paz mundial.

A luta pela paz e a segurança na Europa tem de significar ao mesmo tempo a luta contra a dominação colonial e o neo-colonialismo, contra as acções militares terroristas e as guerras coloniais conduzidas por estados europeus para esmagar povos em luta pela liberdade.

UM PROGRAMA DE ACÇÃO

'Não é tarefa' fácil a criação dum sistema de segurança colectiva na Europa que afaste os perigos de agressão e assegure uma paz durável. A realização de tal tarefa exige uma cada vez mais íntima cooperação entre o campo socialista, a classe operária dos países capitalistas e o movimento nacional libertador. Exige que se reforce a unidade dos partidos comunistas e operários europeus e a sua solidariedade e cooperação com os partidos irmãos de outros continentes. Exige um grande trabalho político para ganhar para a causa da paz e da segurança na Europa, para ganhar para a acção com esse objectivo, todas as forças democráticas e pacíficas do nosso continente.

O programa de acção, que resultará desta Conferência, dá uma base política para a luta comum pela paz e a segurança na Europa. A definição duma orientação e de objectivos comuns permitirá uma acção concertada cujo sucesso

depende fundamentalmente dos esforços dos partidos comunistas e operários.

Não existe nenhuma incompatibilidade entre a responsabilidade de cada partido comunista perante a classe operária e o povo do seu país e a sua responsabilidade internacional. Pelo contrário. São aspectos inseparáveis de cada partido comunista o cumprimento da sua missão de vanguarda da classe operária e de força política dirigente no seu próprio país e o cumprimento dos seus deveres internacionalistas.

A situação exige dos comunistas uma luta árdua, persistente, devotada e confiante.

Em estreita e fraternal cooperação com o Partido Comunista da União Soviética, com os partidos comunistas e operários do campo socialista, com os partidos irmãos dos outros países, nós, comunistas portugueses, não pouparemos esforços para cumprir com honra a nossa tarefa.

APELO DOS PARTIDOS COMUNISTAS E OPERÁRIOS AOS POVOS DA EUROPA:

Reforçai a Acção Comum

Contra a Agressão Americana no Vietnam

A milhares de quilómetros do seu país, 500.000 soldados americanos, às ordens do seu governo, massacram homens, mulheres e crianças vietnamitas. Querem quebrar a vontade de um povo heróico que, desejando viver em paz e edificar a sua pátria sem qualquer ingerência estrangeira, combate corajosamente para defender a sua liberdade e para escorraçar os invasores. Os frutos do trabalho de numerosas gerações são destruídos de maneira bárbara, tanto no Norte como no Sul do Vietnam; a técnica moderna dos Estado Unidos da América reduz a cinzas cidades e aldeias.

O mundo vê intensificar-se uma agressão selvagem; os direitos do homem são espezinhados com uma brutalidade sem igual. Há mais de 10 anos que os imperialistas americanos violam sistematicamente os acordos de Genebra de 1954

acerca do Vietnam e interferem nos assuntos internos deste país. Cai sobre eles a pesada responsabilidade da guerra.

O governo dos Estados Unidos rejeita as propostas da República Democrática do Vietnam para uma cessação incondicional e definitiva dos bombardeamentos e de todas as acções militares agressivas dirigidas contra a República Democrática do Vietnam, o que tornaria possível a abertura de negociações. Com esta atitude, o governo dos Estados Unidos confirma abertamente a sua intenção criminosa de resolver a todo o custo o conflito vietnamita pela força das armas e de reforçar a sua influência militar e política no Sudeste asiático. O imperialismo americano esforça-se por reprimir o movimento de libertação nacional e privar os povos do direito inalienável de decidirem eles

próprios da sua sorte, de escolherem livremente uma via de desenvolvimento correspondente às suas aspirações.

— É por esta razão que a guerra prossegue, se torna cada dia mais cruel para o povo vietnamita e cria uma ameaça para a paz no mundo. O prosseguimento da guerra, a escalada na agressão, desmascaram toda a mentira e perfídia das declarações do governo dos Estados Unidos de que estaria pronto a entabular negociações. Em contrapartida, os representantes do povo vietnamita provam pela sua atitude que têm apenas uma preocupação: defender a liberdade e a independência do seu país, garantir a segurança do seu povo.

A guerra que os Estados Unidos desencadearam no Vietnam, as manobras contra o Laos e o Camboja, são a mais cínica expressão da política de agressão imperialista, em contradição com o direito das pessoas e os acordos internacionais. Constituem uma violação flagrante do direito fundamental dos povos à liberdade e à independência, tal como se encontram inscritos na Carta da Organização das Nações Unidas.

— Condenando resolutamente a guerra de agressão do imperialismo americano no Vietnam, nós, participantes na Conferência de Karlovy Vary, exprimimos a nossa admiração pela luta heróica do povo vietnamita, saudamos os seus filhos gloriosos que se batem com abnegação contra os agressores, dando assim uma contribuição para a causa da liberdade dos povos e da paz no mundo; apoiamos sem reserva as propostas reiteradas do governo da República Democrática do Vietnam e da Frente Nacional de Libertação do Vietnam do Sul, e nomeadamente os quatro pontos do governo da República Democrática do Vietnam e os cinco pontos da declaração da Frente Nacional de Libertação do Vietnam do Sul, pois tais propostas correspondem inteiramente ao princípio dos acordos de Genebra de 1954 e constituem uma base justa para a solução da questão vietnamita.

Exprimimos a nossa firme decisão de tudo fazer para isolar o imperialismo americano, de lutar pela retirada das forças militares estrangeiras do Vietnam, para assegurar o fracasso da sua política de agressão. Faremos tudo para conseguir que seja reconhecido ao povo vietnamita o direito de decidir ele próprio dos seus assuntos internos.

— Na Europa, em todos os países do mundo incluindo os Estados Unidos, assiste-se ao crescimento do movimento de ajuda ao Vietnam e do protesto contra a agressão dos Estados Unidos. Os países socialistas dão ao povo vietnamita um auxílio crescente, político, económico e militar. Proclamamos a nossa firme resolução de levar um apoio ainda maior (campanhas políticas de massa, colectas de fundos e de materiais sanitários, envios de voluntários se o governo da República Democrática do Vietnam o desejar) ao heróico povo vietnamita na sua justa luta pela liberdade e a independência.

Dirigimo-nos aos trabalhadores, a todos os povos da Europa, aos partidos políticos, em particular aos partidos socialistas e católicos, a todos os crentes, a todos os que amam a paz e a liberdade; chamamo-los a multiplicarem os esforços com vista a impôr a cessação incondicional dos bombardeamentos americanos e das outras acções de guerra dirigidas contra o povo vietnamita.

Chamamos o conjunto das forças que lutam contra a guerra, quaisquer que sejam as suas convicções políticas ou ideológicas, a reforçarem ainda mais a sua acção comum para pôr termo à agressão americana no Vietnam. Contribuirão assim para o reforço das relações pacíficas entre os povos e impedirão que a guerra do Vietnam degenerem num novo conflito mundial.

Que todas as forças democráticas, que todos os povos da Europa se unam no combate, que intensifiquem a luta para apoiar o povo heróico do Vietnam.

Preço 2\$00